

Alfabetização: o duelo dos métodos (*)

Luiz Carlos Cagliari
UNESP - Araraquara

É um prazer estar aqui de novo na Unicamp, onde eu passei trinta anos como professor. É um lugar que me é muito caro. E também é um prazer falar para professores, para pessoas ligadas à educação de algum modo. Também é um prazer falar sobre alfabetização, que é um assunto com o qual tenho trabalhado há tanto tempo. Não trago novidades, mas irei reforçar algumas idéias. Portanto, as pessoas que já me ouviram ou que leram os meus trabalhos não vão ter novidades. Todavia, o fato de voltar a refletir sobre certos assuntos, de vez em quando, ajuda a entender um pouco mais a seu respeito. Há uma questão que apareceu na mídia recentemente que diz respeito diretamente ao processo de alfabetização e, portanto, trata-se de um assunto que faz parte de meu interesse acadêmico e do interesse de todos os envolvidos com isso de um modo ou de outro. Quando algo aparece na mídia, isso tem uma repercussão muito grande, mesmo em se tratando de métodos de alfabetização. Esse destaque atual levou os organizadores deste Fórum a propor como tema de minha fala “o duelo dos métodos de alfabetização”. Sei que há pessoas altamente competentes no auditório e, provavelmente, nem todas concordam com tudo o que penso a respeito do assunto de hoje. Assim, o duelo passa a ter mais participantes do que os que aparecem nas reportagens do jornal Folha de S.Paulo (ver as indicações de reportagens nas referências), que usarei como pontos de referência para meus comentários.

Sem dúvida, essa questão dos métodos é uma questão fundamental, importante e uma questão que tem que ser discutida de um jeito ou de outro, porque os métodos não são ingênuos. Os métodos não são uma coisa irrelevante na escola. Pelo contrário, na escola e na vida, os métodos são fundamentais, porque eles conduzem a resultados esperados ou não. Eles trazem o sucesso ou trazem o fracasso. Porém, os métodos não são tudo.

Vou falar sobre os “duelos dos métodos”, privilegiando o meu ponto de vista, discutindo algumas observações mais recentes que têm aparecido na mídia. O que nós entendemos sobre esse tema? Entendemos o grande problema de ensinar e de aprender. Essas duas coisas estão muito ligadas entre si no processo escolar. A palavra “duelo” aplica-se à discussão sobre metodologias, desde as antigas “cartinhas”, usadas para alfabetizar, até os pacotes educacionais do século XX, produzidos pelos governos ou mais recentemente também por assessorias educacionais.

Nos tempos antigos, bem antigos, quem inventou a escrita inventou como ler e escrever, porque a escrita é uma questão social, não é uma questão escondida; é uma questão aberta na sociedade. A alfabetização começou no momento em que o sistema de escrita foi inventado. Por isso, todo sistema de escrita têm uma chave de decifração. Tem regras de decodificação. O segredo da alfabetização está aí: é saber como se lê e se escreve. Ao inventar o sistema de escrita, o sábio inventou também como decifrar a escrita para a leitura. Depois de bem estabelecida na sociedade, o uso da escrita pelas pessoas não

necessita de apelo a essas regras a todo o momento, assim como o falante não precisa pensar na gramática para falar. As regras de decifração estavam embutidas dentro do próprio sistema de escrita e precisaram ser explicitadas quando aprender a ler virou matéria de escola. É o mesmo que aconteceu com a linguagem oral e o estudo da gramática.

Historicamente, a palavra “cartilha” veio da palavra “carta”. Cartilha era um diminutivo de “carta”, porque antigamente se usava o método das cartas para alfabetizar. Essas “cartas” eram tabelas com diferentes padrões silábicos. O termo “cartilha” apareceu mais recentemente. O objetivo da alfabetização através das cartinhas era ajudar as crianças a conhecerem o catecismo. Até então, a alfabetização não era uma questão de escolaridade. Vamos encontrar essa situação a partir do século XVI (ou do final do século XV). Esse tipo de material didático apareceu primeiro em Portugal e era muito usado nas colônias da Ásia e da África. A cartilha de alfabetização é uma invenção da Língua Portuguesa. Outros países depois copiaram e adaptaram o modelo original.

Os portugueses, que inventaram as cartilhas, inventaram-na com o objetivo da catequese das crianças na metrópole e dos súditos nas colônias. A primeira “cartinha” mais famosa, que chegou até nós, é a Cartinha de João de Barros. O autor tinha muitas pretensões na vida, inclusive a de vir ao Brasil. João de Barros foi uma pessoa que ganhou duas Capitânicas, uma onde hoje existe o Ceará e outra onde existe o Pará. A Cartinha de João de Barros aparece com a sua Gramática em 1540, mas foi publicada pela primeira vez em 1539. Talvez ela seja ainda mais antiga.

Muito tempo depois, num determinado momento, no século XVI, essas regras começaram a ser explicitadas através de uma metodologia que foi aceita como fundamento para a existência das modernas cartilhas.

Os métodos antigos de alfabetização baseavam-se no conhecimento das letras. O começo de tudo era decorar o alfabeto. Depois, vinha o reconhecimento das letras (essa é a letra “a”; essa é a letra “b”). O primeiro problema apareceu com a categorização gráfica. Na época antiga, o material escrito era muito simples, porque não havia essa infinidade de alfabetos que nós temos hoje, quando reconhecer uma letra é um problema sério, às vezes. Uma outra questão ligada a esses métodos antigos era a formação de unidades pequenas, que são as sílabas, tratadas como elementos privilegiados nas cartilhas. A palavra vinha como decorrência do aprendizado das sílabas, um ponto de partida e de chegada, um elemento para se fazer exercícios com as sílabas. A leitura unia sílabas para formar palavras e se dava por satisfeita chegando até aí. Ninguém estava preocupado com o texto. Os textos das cartilhas antigas eram rezas e ensinamentos religiosos, como os mandamentos de Deus e da Igreja, textos que os alunos decoravam indo à igreja.

O texto não religioso apareceu muito tempo depois, como preocupação típica da escola. É por isso que os textos das cartilhas passaram a ser do tipo: “O bebê bebe e baba”, “Ivo viu a uva”, “A pata nada”, etc. Eram assim porque ninguém estava preocupado com o texto. O ensino das sílabas e das palavras completava os ensinamentos e, somente então, apareciam os verdadeiros textos, que eram levados para atividades que ocorriam depois do treinamento de decifração e de leitura de palavras isoladas. Os textos das cartilhas eram apenas pretextos para controlar as dificuldades de leitura de palavras. Como tudo era

artificial, não se usava a linguagem real da vida das pessoas, aquelas frases soltas davam a impressão de um texto, mas, de fato, não eram nem pretendiam ser isso. Desde um gramático como João de Barros até uma educadora como Branca Alves de Lima, nenhum autor de cartilha achava que seus exercícios eram textos, achavam que eram pretextos para as atividades de seus métodos.

Um outro elemento importante na história da alfabetização é a cópia. Desde a Antigüidade até hoje, a cópia tem sido um elemento essencial na escola, mesmo porque é uma atividade importante na vida das pessoas. Quando as pessoas se alfabetizam o que elas fazem com a escrita? Em grande parte, elas copiam! Na vida, as pessoas comuns não produzem livros, não vivem fazendo pesquisa universitária. A cópia é uma atividade interessante, útil e necessária durante o processo de alfabetização. O ditado é a outra atividade tradicional da alfabetização e é feito de muitas maneiras. Se avalia ou não a produção dos alunos é uma discussão que se tem que fazer também, mas em outra ocasião. O ditado sempre foi uma atividade programada pelo método das cartilhas.

Mais adiante, no século XVIII, a Revolução Francesa criou as escolas públicas para o povo. Então, o que se fazia individualmente e em pouco tempo, tinha que ser feito em um prazo de um ano. Nesse contexto, as cartilhas tiveram que se adaptar ao currículo escolar, cobrindo com atividades um período de um ano de escola. Não se podia alfabetizar antes, porque senão o professor não sabia depois o que fazer na escola.

Até a Revolução Francesa, o processo de alfabetização tinha um caráter individual, as pessoas individualmente se interessavam em ser alfabetizadas, eventualmente formavam-se pequenos grupos. Depois da Revolução Francesa, o processo de alfabetização passou a ser coletivo, na sala de aula, exigindo um programa oficial, um tempo exato. A partir de então, o material didático definia o andamento do processo escolar. Também era comum, além das cartilhas, os painéis com desenhos motivadores de atividades. Os alunos não escreviam em cadernos, mas em pequenas lousas de pedra (ardósia verde). Para completar, as orações e os textos religiosos foram substituídos por textos morais, patrióticos ou de utilidade para a sociedade (veja, por exemplo, a obra de A. F. de Castilho *O Método Português*).

No século XX, começa a acontecer a alfabetização em larga escala. O mundo inteiro começa a se preocupar com esse tipo de problema. Cada vez mais aparecem livros didáticos e programas específicos de alfabetização. Com isso aparecem também os problemas de alfabetização, coisas que antes não eram muito evidentes. Problemas exigem soluções. Apareceram soluções internas e externas à escola. Com relação às soluções internas, havia três pólos de atenção: 1) método, 2) professor e 3) família. Do método se esperava poder produzir um resultado aceitável. O professor era visto como intermediador, o aplicador do método e o “resolvedor de problemas”. A família, eventualmente, colaborava ou não na medida das possibilidades. Alguns métodos ingleses, até hoje, incluem a família como agente de algumas atividades do método. No Brasil, isso seria inviável. Com relação às soluções externas: a principal vem do governo. À medida que o século XX avança, o governo começa a se preocupar mais com a alfabetização e desenvolve uma série de ações. Por outro lado, as universidades começam a fazer pesquisas sobre o assunto. Outros profissionais também entram nessa história, se envolvendo com a questão dos métodos de

alfabetização, do comportamento profissional dos professores, dizendo o que fazer, como fazer, coisas desse tipo.

A partir do século XX, começaram também a aparecer problemas não previstos pelas antigas cartilhas. Acontece o problema do excesso de alunos para serem alfabetizados numa mesma sala de aula. Os governos encheram as escolas de alunos. Nessa nova situação, com um excesso de alunos nas salas de aula, como o professor fazia para alfabetizar? Historicamente, as classes ficaram com excesso de alunos, porque faltavam professores. Essa situação foi sentida ainda no século XIX. D. Pedro II, por exemplo, em um determinado momento, propôs remunerar muito bem quem quisesse ser professor alfabetizador. Porém, os registros daquela época revelam que havia poucas pessoas capacitadas que quisessem ser professores alfabetizadores. Esse tipo de problema se estendeu até hoje. Faltam escolas, há excesso de alunos em salas de aula e uma carência de professores. Isso está diretamente ligado ao aumento da população. As nossas escolas são pobres, não têm recursos e ninguém faz nada. Mudanças políticas e econômicas no mundo também mudaram a visão acadêmica da alfabetização por uma visão social. A tarefa da escola passou a ser predominantemente uma questão de promoção social através do saber, principalmente, do saber impresso em diplomas. A própria alfabetização passou a dar diplomas a seus alunos. Hoje, se a pessoa quiser trabalhar, precisará de uma escolaridade mais adiantada e não apenas dos conhecimentos adquiridos na alfabetização. Os avanços das ciências, as guerras, tudo isso mudou um pouco o modo como as pessoas se relacionam com a leitura e com a escrita. Os governos também mudaram e a alfabetização passou a ser vista apenas como uma questão política de inserção das crianças nas escolas e de promoção social para justificar a ação governamental para com os pobres.

Após a Segunda Grande Guerra, o mundo começou a perceber que a alfabetização era um problema com uma dimensão mundial. As pessoas perceberam que a solução para as grandes destruições, causadas pelas guerras, estava na educação e na cultura. Os países que apostaram nisso saíram ganhando e os países que não apostaram ficaram com o nome de países subdesenvolvidos. É um dos grandes problemas que sobrou nessa história da Segunda Grande Guerra. O século XX foi a reação ao desespero, enfrentando todos os problemas que apareceram nesse momento da História. A alfabetização passou a ser vista como uma questão de sobrevivência em todos os níveis da sociedade. Entretanto, não só as condições materiais precisavam ser melhor resolvidas, como também os métodos de alfabetização. A frustração e os resultados negativos ficaram destacados. Muita gente achava que as coisas não caminhavam como deviam e começaram a reagir em todos os níveis da sociedade.

A primeira reação foi o apelo a métodos mais rígidos, mais completos e detalhados. Esses métodos de alfabetização do século XX se originaram de experiências pessoais que viraram livros didáticos. Experiências que foram bem sucedidas com seus autores. A demanda por esse material era tal que as cartilhas chegavam a setecentas ou mais edições, com uma tiragem histórica de milhões de exemplares. Na verdade, os livros didáticos trouxeram um grande problema para a educação, porque eles passaram a substituir a ação personalizada dos professores. Os livros didáticos trouxeram caminhos predeterminados, trouxeram expectativas de resultados em função dos próprios métodos e as inevitáveis frustrações. O que eu quero dizer é que, se as pessoas usavam uma cartilha, o método da cartilha deveria

garantir o sucesso da alfabetização. Porém, o resultado nem sempre era o sucesso. Havia muito fracasso e muita frustração. Nesse momento, a educação ficou meio sem rumo, porque ficou fora do controle do professor.

Essa é a questão central desse “duelo dos métodos”. Essa situação confusa e destrutiva começou quando tiram a competência do professor. Apostaram tudo na eficácia dos livros didáticos e dos métodos. A educação passou a não dar certo mesmo. Daí para a frente, a educação foi de mal a pior, porque o agente da educação na sala de aula, que é o professor, tornou-se uma figura posta de lado. Em suma, o “duelo dos métodos” surgiu quando a ação de ensinar dos professores passou para os programas dos métodos. As cartilhas eram frutos de experiências individuais bem sucedidas. Supunha-se que seu método, fruto daquelas experiências, servia para todo tipo de aluno, em todos os lugares e em todas as situações de ensino e de aprendizagem. Ainda hoje as cartilhas despertam um apelo muito forte.

A atração pelo método das cartilhas, como disse, começou no século XVI com a Cartinha de João de Barros. É provável que tenham existido outras obras contemporâneas ou mesmo anteriores, pelos relatos que chegaram até nós. Daquela época até hoje, muitas outras apareceram em Portugal e no Brasil, como a cartilha de A. F. de Castilho, denominada *Método Português*, a Cartilha Maternal de João de Deus, e muitas outras. A ação pedagógica de alguns educadores se transformou em método, como aconteceu com Montessori, Paulo Freire, Emília Ferreiro e outros. Lourenço Filho fez a teoria e as cartilhas. Outras pessoas fizeram suas cartilhas a partir de suas experiências como educadores, como Branca Alves de Lima, que é a autora do Caminho Suave, e muitos outros educadores. Esses sucessos educacionais e editoriais foram depois teorizados. As pessoas começaram a fazer teorias sobre eles e começaram a rotular os métodos: método analítico, sintético, global, figurativo, lúdico, fônico, silábico, construtivista e assim por diante. Esses nomes, às vezes, nem foram dados pelos próprios alfabetizadores fundadores dessas abordagens teóricas em seus trabalhos. A classificação de um trabalho nesses rótulos também não é uma tarefa fácil e de aceitação unânime. Por exemplo, Ana Teberosky tem certeza que seu método de trabalho, na prática de sala de aula, é construtivista, porque ela é ligada à universidade e desenvolve pesquisas nessa linha. Será que Paulo Freire achava que seu método era construtivista? Era fônico? Embora conhecesse todas essas coisas, o que ele queria mesmo era em alfabetizar e não discutir a que teoria sua ação educativa estava filiada.

Eu gostaria de passar agora, mesmo que rapidamente, a ver alguns detalhes de alguns desses livros e métodos, com o intuito de mostrar aspectos importantes de como eles eram usados para alfabetizar. A cartilha mais antiga ou Cartinha (1539) já tinha todos os ingredientes das cartilhas que vieram depois até às modernas: Em primeiro lugar, apresenta-se o alfabeto. Juntamente com o nome das letras, aparece uma lista de palavras com figuras e um nome, cuja primeira letra segue as letras do alfabeto na ordem tradicional. Com esse princípio acrofônico e ilustração, o aluno aprende o nome das letras e o som que as letras têm. O passo seguinte são as *taboadas de sílabas*, ou seja, seqüências de sílabas que começam com uma letra invariável mais uma ou duas que variam de acordo com um paradigma. É a famosa série do Ba Be Bi Bo Bu; Bra, Bre, Bri, Bro, Bru; Bla, Ble, Bli, Blo, Blu, etc. Logo depois, aparecem listas de palavras para estudo: decifração e leitura. Pequenas frases fáceis de serem lidas aparecem, dando lugar a pequenos textos que são

memorizados e lidos, com o aluno tendo a obrigação de seguir a leitura com os olhos e com o dedo. Finalmente, aparecem os textos, supondo-se que o aluno saiba decifrar e ler com certa fluência. A leitura de um texto mais longo permite acertar o ritmo e a entoação, além da interpretação prosódica geral. Como não podia deixar de ser, a Cartinha traz um sucinto “manual do professor”, onde o autor dá conselhos para que seu método seja bem executado. Nesse “manual”, João de Barros diz que as pessoas precisavam aprender o alfabeto, aprender a juntar as letras, porque isso servia não somente para o português, mas para qualquer língua que os alunos quisessem ler. Se aprenderem a ler em português, aprendem também a ler em latim, em alemão, em muitas línguas. Aquela era a justificativa de sua obra. O autor também gostava de dar regrinhas, como a seguinte, explicando que o C em início de palavras tinha o som de SS e não de Z; o R tinha o som de RR e não de R brando. Ele diz que a ortografia “é o princípio que serve sempre sua voz (cf. relação letra / som) porque todas as primeiras sílabas das dicções das primeiras letras C, R, esta (letra C ou R) será forte e não branda”. Ele alfabetizava as pessoas com regrinhas desse tipo. Existem muitas outras regras.

Um outro método famoso é o Método Português (1850), de Antonio Feliciano de Castilho. Esse método alfabetizava as crianças, fazendo uma figura que projetava uma sombra e a sombra era a letra. Por exemplo, uma figura projetava o R maiúsculo e a outra figura projetava o r minúsculo. A inovação com relação à Cartinha vem do fato de a Cartinha apenas ilustrar com uma figura a palavra-chave usada para exemplificar o princípio acrofônico. No Método Português, em vez da palavra-chave o autor vai direto para as letras. O Método Português não usa as tabelas de sílabas, dando preferência para o estudo de palavras como ponto de partida e de chegada. O método é muito complexo e cheio de minuciosas explicações. A título de ilustração, segue a “advertência prévia à lição primeira”:

“O objeto principal desta lição é animar os alunos para o estudo, com a certeza da facilidade e agrado que por todo ele hão de encontrar; metê-los, desde o primeiro passo, na decomposição das palavras em sílabas e em letras na *leitura auricular*; fazer-lhes conceber praticamente a diferença que há entre sons e articulações, isto é, entre *vogais*, e *consoantes*; dar-lhes a conhecer as vogais, isto é, os sinais com que se representam os sons, e fazer com que leiam desde logo algumas palavras” (v. II – p. 5).

A Cartilha Maternal ou Arte de Leitura (1877) de João de Deus parte das vogais simples e ditongos, indo para lições em que à letra inicial seguem palavras monossilábicas, dissilábicas e de estrutura maior. Cada lição destaca uma letra que, na lição seguinte, aparece com uma impressão gráfica atenuada através de hachuras horizontais. A apresentação do alfabeto vem no final do estudo de todas as letras e, logo depois, há os textos para leitura. A cartilha começa com letra em tamanho grande (só minúsculas), depois aparecem as letras maiúsculas correspondentes, as letras diminuem de tamanho e, por fim, aparece a escrita manuscrita no último texto da obra. A Cartilha Maternal é usada até hoje em Portugal.

No Brasil tivemos uma grande quantidade de cartilhas, seguindo as mais diversas tendências teóricas, desde a Cartilha Analítica (método global) de Arnaldo Barreto do

começo do século XX, a Cartilha do Povo de Lourenço Filho, com os testes ABC de prontidão, a Cartilha Sodré, o Caminho Suave com seu famoso Manual do Professor e Período Preparatório, até as cartilhas “construtivistas” e “fônicas” atuais. Fora do Estado de São Paulo, foram produzidas inúmeras cartilhas em todos os demais Estados do Brasil. Há diferenças significativas entre essas obras, mas, na sua essência, podemos dizer que são obras que seguem o Ba Be Bi Bo Bu. O estudo das sílabas constitui o fundamento do método.

Recentemente, na discussão que apareceu na imprensa, vimos algumas referências ao modo como se alfabetiza nos Estados Unidos e na Europa, com o objetivo de dizer (não provado) que nesses lugares os professores usam o método fônico e, por isso, alfabetizam melhor e mais rapidamente. Essa comparação é usada para argumentar que os métodos brasileiros, baseados no construtivismo, são falhos e indesejáveis. Como isso é uma onda que invade a educação, como os tsunamis dos pacotes educacionais cíclicos neste país, um leitor prudente logo desconfia que se trata de uma nova moda com finalidades nem sempre edificantes. Em todo o caso, é preciso fazer algumas considerações de cunho estritamente acadêmico a respeito desses acontecimentos.

Tenho dois filhos que passaram pelo período de alfabetização no Reino Unido (Edimburgo / Escócia e Oxford / Inglaterra). Recentemente, trouxe alguns livros de alfabetização de lá. São obras, por exemplo, como as de Louis Fidge, elaboradas de acordo com as exigências educacionais do governo. Analisando essas obras, logo se percebe que, à semelhança das cartilhas, são livros extremamente simples. São livros que precisam da presença do professor para dizer o que fazer, como fazer, quando fazer. Não são obras exaustivas; precisam ser completadas com atividades não contempladas nos livros, mas previstas pelos programas oficiais. L. Fidge ensina como deve ser usado seu livro, cujas lições vêm divididas em quatro partes: 1) Título com o tópico; 2) Veja e aprenda; 3) Prática; 4) Desafio. O desenvolvimento das atividades lembra muito de perto as cartilhas no que se refere à decifração. A ação do professor sai do esquema das cartilhas no momento em que faz atividades de outra natureza, não contempladas pelas cartilhas. Os livros de Derek Strange têm uma apresentação mais diferente, baseando-se mais num tipo de atividade com texto (em quadrinhos) com exercícios de vários tipos. Porém, estes são livros projetados especificamente para a atividade de leitura (Start Reading). O processo de alfabetização conta com vários livros, feitos com objetivos diferentes, que se completam. Desse modo, o professor não tem uma cartilha, mas uma série de cartilhas, cada qual com objetivos específicos. Porém, em todos esses livros, fica claro que o comando do processo cabe ao professor. O livro é apenas um referencial, um apoio, um elemento (livro) com o qual a criança precisa se familiarizar.

Nossos livros didáticos não diferem muito do modelo desses livros. A grande diferença que existe está no modo como o professor inglês conduz o processo de alfabetização, com sua formação e experiência e o modo como nossos professores trabalham, escravos de livros didáticos, de pacotes educacionais, de teorias da moda. Quando aparece uma dificuldade no processo, o professor inglês sabe identificá-lo, analisá-lo e propor soluções. Muitos de nossos professores, na mesma situação, simplesmente repetem a lição ou seguem em frente, deixando para trás aqueles que se perderam pelo caminho. Não é o método fônico nem a teoria construtivista que é a salvação para um bom trabalho de alfabetização, mas a

competência técnica lingüística do professor e as condições materiais de realização de seu trabalho.

Todas as outras cartilhas não diferem muito com relação a esse esquema tradicional de tratar a questão da alfabetização. A apresentação é um pouco diferente, pode ser mais moderna, ter isso ou aquilo. O que eu vejo em todos esses livros didáticos, no Brasil e fora do Brasil, é que existe uma idéia por trás que representa a maneira como o professor tem que abordar o conteúdo a ser ensinado e aprendido. Ele tem que trabalhar com letras, sons, números, sistemas de escrita, ortografia, sílabas, palavras, textos, norma culta e variação dialetal, etc. Um procedimento é típico do que chamamos de Método Global. Outra parte do alfabeto e das sílabas e é chamado de Método Fônico. Algumas abordagens lembram sugestões teóricas de diferentes vertentes: construtivistas, interacionistas, cognitivas ou de métodos pessoais, como o de Montessori, Paulo Freire, e assim por diante. Certamente, ao incorporar tais procedimentos, a abordagem fica muito eclética. Mas, por que a abordagem da alfabetização não pode ser eclética com relação a esses métodos? A verdade está um pouco em cada um deles, por isso mesmo as escolhas são muito perigosas.

Como dizia uma velha professora, bom método é aquele que dá bons resultados. Isso não quer dizer que os métodos são todos iguais, bons ou ruins. Método é ferramenta e um bom artista com uma ferramenta inadequada não consegue obter os resultados desejados. Um bom resultado é sempre fruto de uma ação competente do professor. Para isso, o professor precisa de uma formação sólida, abrangente, atualizada e adequada à sua tarefa como professor e como educador. As faculdades de educação, na prática, pensam sempre no educador e esquecem que ele será também um professor com tarefas técnicas específicas, com conteúdos científicos e artísticos que deverão ser usados em seu dia-a-dia profissional. Minha contribuição para o processo de alfabetização tem se canalizado para os aspectos técnicos lingüísticos, sem os quais um professor encontrará muitas dificuldades para entender o que acontece na sala de aula com relação à linguagem oral e escrita. Na Inglaterra, um tipo de suporte lingüístico, muito mais sofisticado, oferecido aos professores alfabetizadores é o livro de Ian Eyres intitulado *Primary English*, da série *Developing Subject Knowledge*. Livros desse tipo ensinam a teoria; o método depende do professor. Como disse antes, quando tiraram da ação do professor a sua competência, apostaram tudo no método e isso fez com que a educação e a alfabetização, em especial, não pudessem se realizar adequadamente.

Por outro lado, os governos, de um modo geral, acham que podem avaliar o desempenho das escolas, dos professores e dos métodos através de testes especialmente elaborados. Hoje, temos seis ou sete processos de avaliação desse tipo no Brasil. Mas o que é que eles avaliam? É uma questão séria, não só por revelar o óbvio já bem conhecido, mas também pelo enorme volume de dinheiro que se investe nesse tipo de ação, dinheiro que teria melhor destino se fosse repassado como salário para os professores. O que esses testes gostariam de saber é quais os problemas que a alfabetização encontra nas salas de aula. Ora, o problema que nós encontramos nas salas de aula é o problema de quem não aprende, não se alfabetiza. Identificar tal situação é muito fácil para quem está acompanhando a vida escolar. A grande questão é achar a solução para tal dificuldade. Não basta detectar que os alunos não sabem isso ou aquilo. É preciso saber que ação tomar para resolver tal deficiência. A solução desses problemas e impasses depende crucialmente dos

conhecimentos técnicos lingüísticos que as pessoas precisam ter. Somente a prática do professor, levando para a sala de aula esses conhecimentos técnicos, tem condições de fazer uma revolução na situação tradicional de frustração de nossas escolas, de resolver como ensinar e de como aprender com conhecimento de causa e de modo seguro e útil para a vida na escola e na sociedade.

Ainda com relação a essa enxurrada de testes de avaliação, gostaria de colocar um comentário de Francisca Isabel Pereira Maciel, do CEALE de Belo Horizonte. Ela diz o seguinte:

“ao tomar conhecimento sobre os dados estatísticos – sempre alarmantes – em torno dos alunos que não sabem ler e escrever, temos a impressão de que não avançamos nada em termos de pesquisas e de ações que possam contribuir para reverter este quadro. Isto é um engano. Avançamos sim e, continuamos a avançar; o que muda neste quadro é que nós estamos mais intolerantes frente a esta situação”.

Já escrevi livros e muitos trabalhos, informando e discutindo os conhecimentos técnicos lingüísticos de que os professores alfabetizadores necessitam para desenvolver uma ação de ensino e de aprendizagem que leve todos os alunos a se alfabetizarem num tempo relativamente curto. No centro dessa questão, está o conhecimento científico da linguagem oral e da escrita em todos os seus aspectos, com destaque para alguns deles que são mais relevantes para as primeiras ações do professor alfabetizador. É aí que reside a competência do professor, que deverá ser a alma de qualquer método, de qualquer teoria da alfabetização. Não vou refazer aqui os pontos principais dessa competência. Para isto, veja meus livros, em especial, o *Diante das Letras*. Mas, gostaria de destacar a primeira idéia básica que se deve ter, que é a definição de alfabetização, o que se pretende fazer. A resposta é simples: alfabetizar é saber ler. Ao aprender a ler, a pessoa adquire todos os conhecimentos relativos à linguagem oral e escrita. Ao usar essas habilidades, como falante nativo, saberá ler e interpretar, como entende o que ouve diretamente das outras pessoas. Como conhecedor de como se lê, saberá transpor sua fala para um texto escrito. A partir daí, outros conhecimentos serão acrescentados, como a escrita ortográfica e os usos diferentes que a sociedade espera da fala e da escrita das pessoas.

Muitas pessoas, como a Magda Soares, tem chamado a atenção para o fato de que a escola não pode apenas treinar os alunos a ler e a escrever, a decifrar e a produzir palavras, frases e texto escritos. Alfabetizar não é tudo na escola, é preciso habilitar os alunos a usarem esses conhecimentos de leitura e de escrita para coisas úteis para a vida, para serem competentes em todos os usos da linguagem oral e escrita na nossa sociedade atual, e até para servir de arma de defesa dos direitos humanos e da cidadania. Á aquisição dessas habilidades foi dado o nome de letramento, como uma definição expandida do que vem a ser a alfabetização. Essa visão importante da educação, em alguns casos, acabou gerando a idéia de que alfabetizar não é aprender a decifrar, mas entender textos. Por causa disso, surgiu uma nova abordagem de ensino e de aprendizagem, baseada tão somente em atividades de interpretação de textos. Tal atitude tem sido a mais catastrófica da história da alfabetização e, em parte, da escola atual, que substituiu o estudo da gramática pela lenga-lenga de um tipo de interpretação de texto, que se tornou moda entre nós, recentemente. A

escola tem muitas funções, mas alfabetização, no sentido técnico, ainda continua sendo a habilidade de saber ler, ou seja, de decifrar o que está escrito.

Uma outra questão que gostaria de abordar hoje diz respeito ao “duelo” que apareceu na mídia, contrapondo o Método Construtivista ao Método Fônico (informações tiradas do Jornal A Folha de S.Paulo). O que eu acho dessa história toda é que há uma briga teórica por traz disso, uma briga entre o Construtivismo Psicogenético e o Método Fônico (das cartilhas), na sua versão atual. Do meu ponto de vista, essas duas abordagens são dois grandes equívocos teóricos com sérias conseqüências pedagógicas. O segredo do sucesso está em outro lugar. Não está nem no Método Construtivista Psicogenético, nem no Método Fônico das cartilhas. Para entender um pouco essa briga, é preciso lembrar que os estudos sobre o processo de alfabetização no Brasil têm se baseado em trabalhos de psicólogos (desde Lourenço Filho), de pedagogos (desde João Köpke) e não de lingüistas. Atualmente, esses dois métodos têm sido apresentados aos professores através da ação de psicólogos como Telma Weiss e de João Batista Araújo e Oliveira / Fernando Capovilla (no debate em São Paulo).

De um modo geral, a partir do século XX, a alfabetização tem se baseado em trabalhos de psicólogos, quando a questão é essencialmente lingüística. As facilidades e dificuldades dos alunos estão no modo como lidam com a linguagem. Os métodos baseados em idéias psicológicas, como o Construtivismo Psicogenético e o Método Fônico das cartilhas, desconhecem, em grande parte, como a linguagem é e como funciona. Além dos equívocos apresentados, esses métodos deixam de lado um grande volume de conhecimentos que são fundamentais (veja meu livro Alfabetizando sem o Ba Be Bi Bo Bu). Por essa razão, esses métodos não sabem o que fazer quando o professor ensina e o aluno não aprende. Nesses casos, esses métodos apenas repetem a lição ou a atividade até que o aluno aprenda. E se não aprender? A solução para os alunos que não aprendem apesar de tudo está somente numa análise lingüística das dificuldades desses alunos. Infelizmente, a formação lingüística dos alfabetizadores é pobre, nula ou equivocada. Essa precariedade também é encontrada nos PCNs, nos livros didáticos e nos movimentos antigos e recentes que geram pacotes educacionais para o país. Eles não dão a competência para o professor, dão o método.

O país precisa mesmo é de alfabetizadores competentes, conhecedores dos problemas lingüísticos relacionados com a própria atividade em sala de aula. O importante não é a questão da escolha de um método ou de outro, ou a atitude de quem acha que não precisa de nenhum dos métodos tradicionais ou oficiais. Na prática, nenhuma ação de ensinar e de aprender realiza-se sem a presença concomitante de algum método. Existe sempre um modo de fazer as coisas. No caso da alfabetização (ou em qualquer outra questão de ensino / aprendizagem escolar) qual é o melhor método ou o menos ruim, se não houver um método ideal? A resposta a essa pergunta deve começar dizendo que o melhor método é aquele que produz um resultado bom. E como é que se pode saber isso? Como diz a Bíblia, conhece-se a árvore pelos seus frutos. Vamos saber observando como o aprendiz progride em sua habilidade de ler e de escrever, no desenvolvimento de sua competência como leitor e como uma pessoa que sabe escrever. Como já disse várias vezes e estou repetindo mais uma vez:, a educação começou a ter problemas sérios, quando tirou a competência do professor e começou a apostar nos métodos; quando o governo, em vez de cuidar da vida

dos professores, começou a cuidar da vida das editoras, dos que produzem métodos ou teorias para vender material escolar, sobretudo, para o governo. Num caso particular, podemos dizer que teorias psicológicas são muito interessantes para se aprender psicologia. Porém, para lidar com a linguagem, precisamos de teorias lingüísticas. Precisamos saber como é que funciona a escrita, como é que funciona a linguagem oral. É preciso ter em mente que o segredo da alfabetização é saber ler. Ninguém precisa aprender a escrever, ninguém precisa nem sequer escrever na vida. Por outro lado, ler é uma habilidade muito mais importante e muito mais útil na vida das pessoas. É preciso ter claro que os sistemas de escrita foram inventados para permitir a leitura. Não é a relação alfabética de letras e sons que é a chave da decifração do nosso sistema. A verdadeira chave da decifração do nosso sistema de escrita, a que permite entrar no segredo que a escrita guarda, é o fato de a escrita permitir a leitura. Nesse sentido, nosso sistema é igual a todos os demais sistemas de escrita. Eu não leio Camões, usando a pronúncia de Camões. Um brasileiro atual lê Os Lusíadas de Camões (publicado em 1572), usando a pronúncia com que fala normalmente sua língua. Facilmente reconhecemos nas palavras de Camões aquilo que nós falamos; então, podemos ler como falamos. Isso muda um pouco a relação da escola com o alfabeto, com o sistema de escrita e leva o aluno a entender porque nós, às vezes, escrevemos de um jeito e lemos de outro, ou vice-versa. Essa visão da escrita coloca os métodos tradicionais em cheque e define novos rumos para o ensino e a aprendizagem.

Para concluir devo voltar a dizer que tudo, na escola, depende do professor, de sua habilidade profissional, de sua competência e das condições de trabalho. Se ele é mais construtivista ou menos construtivista, se é mais fônico ou menos fônico, mais behaviorista ou menos behaviorista, mais ou menos cognitivista é uma questão que, até certo ponto, depende da habilidade e da preferência do professor. Alguns funcionam melhor dentro de uma determinada abordagem, trabalhando especificamente com determinado método ou com um outro. Mas, somente a competência técnica lingüística do professor pode ajudar o aluno, que não aprende apesar de tudo, a superar suas dificuldades.

(*) Texto transcrito da apresentação oral feita no Fórum Permanente de Desafios do Magistério, realizado no Centro de Convenções da Unicamp, no dia 15 de março de 2006. O texto final aqui apresentado sofreu algumas modificações com relação à sua versão oral e sendo basicamente um texto de exposição oral guarda, portanto, características de linguagem coloquial.

Referências

CAGLIARI, L. C. *Alfabetizando sem o Ba Be Bi Bo Bu*. São Paulo: Editora Scipione. 1998.

_____. Cagliari, Luiz Carlos (2004) Algumas questões de lingüística na alfabetização. *In: Caderno do Professor*. Belo Horizonte: SEE/MG Centro de Referência do Professor. Nº 12. 2004, p. 12-20.

EYRES, I. *Primary English*. London: Paul Chapman Publishing Ltd. 2000.

MACIEL, F. I. P. Alfabetização: didática(s) e metodologia(s). *In: Caderno do Professor*. Belo Horizonte: SEE/MG Centro de Referência do Professor. Nº 12. 2004, p. 21-29.

MASSINI-CAGLIARI, G. E CAGLIARI, L. C. *Diante das Letras: a escrita na alfabetização*. Campinas: Mercado de Letras. 1999.

MEIRELES, I. E MEIRELES, E. *A Casinha Feliz: cartilha pela fonação condicionada e repetida*. Rio de Janeiro: Editora Record, 30ª ed. revista. 1994.

SOARES, M. Alfabetização e letramento. In: *Caderno do Professor*. Belo Horizonte: SEE/MG Centro de Referência do Professor. Nº 12. 2004, p. 06-11.

Reportagens citadas da Folha de S.Paulo:

(11-02-2006) C-4: MEC discute a volta do “vovô viu a uva”. Alfabetização é processo específico, diz educador. Definição de método melhora rendimento.

(18-02-2006) A-3: O MEC acerta ao propor a revisão do processo de alfabetização no Brasil?

(03-03-2006) C-3: Método de ensino não determina sucesso.

(06-03-2006) A-12: Construtivismo x Método Fônico. Programa busca gerar leitores competentes. Modelo é eficaz para fortalecer o raciocínio.

Texto publicado

Alfabetização no Brasil : questões e provocações da atualidade

Ezequiel Theodoro da Silva (org)

Campinas: Autores Associados, 2007

pág.51-72